

Diário do Legislativo de 11/08/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB-PP--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Vanderlei Miranda

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado BSD
Lafayette de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado André PT
Quintão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Delvito Alves BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PTB Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor Rinaldo BPS
Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado BPS
Sebastião Costa

Deputado Padre PT
João

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Delvito BSD
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Neider BPS

Moreira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Marcus BSD
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD

Deputado DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Delvito Alves BSD

Deputado DEM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Fahim BSD Vice-Presidente
Sawan

Deputado BPS
Antônio Genaro

Deputado PMDB
Vanderlei
Miranda

Deputado Delvito BSD
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT
Lara

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BSD Presidente
Maia

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado BPS
Agostinho Patrus
Filho

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Luiz BSD
Humberto
Carneiro

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil BSD
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Gil BSD
Pereira

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS Presidente
Carlos Arantes

Deputado BSD Vice-Presidente
Domingos Sávio

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília PT
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputada Ana BSD Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente
Leite

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Pestana Marcus BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar PDT Presidente
da Silveira Jr.

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente Lúcio PDT

Deputado Zezé Perrella PDT

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PT

Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Padre PT
João

Deputado Gil DEM
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Dimas Fabiano DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATA

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 8/7/2010

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Doutor Viana, Sargento Rodrigues, Domingos Sávio e Inácio Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a regularização da atividade mineradora de extração de Pedra Lagoa Santa, realizada pela Fazenda Pai Bento, no Município de Funilândia, e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Leonardo Maldonado Coelho, Chefe do Núcleo Jurídico da Supram Central, representando o Sr. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Meio Ambiente; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa dos Rios das Velhas e Paraopeba, representando o Sr. Luciano Luz Badini Martins, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação; Marcelo Jerônimo Gonçalves, Prefeito Municipal de Pedro Leopoldo; Sérgio Augusto Dâmaso de Souza, Superintendente do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral; Terezinha de Lourdes Moreira Cotta, proprietária da Mineradora Terezinha de Lourdes Moreira Cotta; Helenice Salomão Bastos, líder comunitária; e Ivson Rodrigues, chefe da APA Carste de Lagoa Santa, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Ademir Lucas - Lafayette de Andrada.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/8/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do fórum técnico Segurança pública: drogas, criminalidade e violência.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, possíveis violações de direitos humanos ocorridas no Estado, referentes ao aliciamento de mão de obra rural e ao trabalho escravo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.099/2009, do Deputado Elmiro Nascimento.

Requerimentos nºs 6.509; 6.510; 6.533 e 6.534/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 4.687, 4.699, 4.135, 4.256, 4.413 e 4.489/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.521 e 6.522/2010, do Deputado Wander Borges; 6.539 e 6.540/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.477/2010, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.480; 6.482; 6.483/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 6.523 e 6.524/2010, do Deputado Wander Borges; 6.531/2010, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 11/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 11/8/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública localizados no Estado; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais a alienar os imóveis que especifica; 4.256/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.939, de 29/12/2003 e dá outras providências; 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e dá outras providências; 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau e dá outras providências; 4.640/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito complementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$241.149.195,97, em favor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; 4.642/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito complementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$12.088.948,26 em favor do Tribunal de Contas do Estado; 4.668/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito complementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$10.000.000,00, em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado; 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95 e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas dadas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências; e 4.702/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito complementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$117.386.400,00, em favor do Ministério Público do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 11/8/2010, destinada à realização do fórum técnico Segurança pública: drogas, criminalidade e violência.

Palácio da Inconfidência, 10 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/8/2010, às 16 horas, na Associação Comunitária de Fidalgo, com a finalidade de discutir os impactos socioeconômicos da ampliação e instalação do Parque Estadual de Sumidouro, determinada pelo Decreto nº 44.935, de 2008, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2010.

Fábio Avelar, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.609/2010

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Carlos Gomes, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a comemoração do Dia Estadual do Vigilante.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Agora, vem o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, XV, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.609/2010 tem como finalidade instituir o Dia Estadual do Vigilante, a ser celebrado no dia 20 de junho.

Em sua justificação, o autor da matéria informou que as empresas de segurança privada surgiram no Brasil na década de 60 e, atualmente, são

mais de duas mil, que geram cerca de 600 mil empregos. Seus trabalhadores, mais conhecidos como vigilantes, somente tiveram sua atividade profissional reconhecida com a edição da Lei Federal nº 7.102, de 20/6/83, que regulamentou a exploração do serviço de segurança privada. A data proposta para se homenagearem os vigilantes é o dia da publicação da referida lei federal.

Segundo o "site" da Academia de Formação de Vigilantes – Aforvig –, a segurança privada nasceu em 1820, nos Estados Unidos, quando Allan Pinkerton organizou um grupo de homens para dar proteção ao então Presidente Abraham Lincoln, criando a primeira empresa de segurança privada do mundo. No Brasil, as empresas surgiram devido ao aumento de assaltos a instituições financeiras, com o objetivo de proteger patrimônios e pessoas e realizar transporte de valores. Desde então surgiram os trabalhadores em segurança privada, sob várias denominações, como vigias, guardiões, rondantes, fiscais de pátio e fiscais de piso, que atuam em estabelecimentos industriais, comerciais ou residenciais.

Em 1983, foi editada a Lei Federal nº 7.102, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências. Nos arts. 15 a 19, essa lei cuida da regulamentação da categoria.

Assim, o vigilante passou a ser reconhecido como o empregado contratado para a vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como para a segurança de pessoas físicas e o transporte de valores ou de qualquer outro tipo de carga. Para o exercício da profissão, é exigido que o interessado seja brasileiro, tenha idade mínima de 21 anos, instrução correspondente à 4ª série do 1º grau, aprovação em curso de formação de vigilante, em exame de saúde física e mental e em psicotécnico, esteja em dia com suas obrigações eleitorais e militares e não tenha antecedentes criminais.

Após enfrentarem uma triagem rigorosa, esses profissionais recebem treinamento adequado para auxiliar as instituições responsáveis pela segurança pública, garantindo tranquilidade aos cidadãos.

Por essas razões, consideramos meritória a pretensão do projeto de lei em análise de destacar o dia 20 de junho em homenagem aos vigilantes.

Cabe esclarecer, por fim, que o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.609/2010, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça .

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara, relatora - Rômulo Veneroso.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.727/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.727/2009, de autoria do Deputado Fábio Avelar, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública Aisp 23, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.727/2009

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública AISP 23, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública AISP 23, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.529/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.529/2010, de autoria do Deputado Jayro Lessa, que declara de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais – Vidanimal –, com sede no Município de Itabirito, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.529/2010

Declara de utilidade pública a entidade Vidanimal, com sede no Município de Itabirito.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Vidanimal, com sede no Município de Itabirito.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2010.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente - João Leite, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.531/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.531/2010, de autoria do Deputado Tenente Lúcio, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Bambuí – Consep –, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.531/2010

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Bambuí – Consep –, com sede no Município de Bambuí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Bambuí – Consep –, com sede no Município de Bambuí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Dimas Fabiano.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/8/2010

O Deputado Carlos Gomes* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; senhoras e senhores; telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia; ocupo esta tribuna para falar sobre a proposta de criação do consórcio de universidades do Estado de Minas Gerais, que está sendo discutida por sete universidades federais instaladas no Estado. As universidades participantes são as de Alfenas, Itajubá, Juiz de Fora, Lavras, São João del-Rei, Ouro Preto e Viçosa, nossa querida UFV.

A fusão, inédita no País, mas comum nos Estados Unidos e em países da Europa, como a França, promete dar origem à superuniversidade do Sudeste. Grandes números justificam o título. Serão 90 mil alunos, mais de 15 mil novas vagas abertas a cada vestibular, mais de 4 mil professores, 273 cursos de graduação e 179 programas de mestrado e doutorado espalhados por 17 cidades mineiras.

A proposta, apresentada ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, no final do mês de julho, ou seja, no mês passado, foi debatida. Estive, com o Reitor Luís Cláudio Costa, da UFV, apresentando e discutindo essa proposta. Trata-se de um projeto inovador para criar esse grande consórcio, o primeiro dessa modalidade no País.

De acordo com o projeto, as universidades manteriam a autonomia, mas formulariam um único Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Isso significa que permanecerão com Reitores e conselhos universitários próprios, mas que criarão estratégias conjuntas para captar mais recursos, contratar professores, construir laboratórios, trocar equipamentos e tecnologias e trabalhar de maneira integrada em programas de ensino, pesquisa e extensão.

A escolha das sete universidades foi feita com base em critérios geográficos e de qualidade de ensino. Todas as instituições estão localizadas num raio de 200 a 300km. Além disso, todas têm cursos de graduação com notas 4 e 5, aproveitamento máximo, no Índice Geral de Cursos, divulgado pelo MEC. Na pós-graduação, 15 programas têm nível 5; 5 têm nível 6; 2 têm nível 7, o mais alto.

Outro ponto forte é o fato de que a maior parte das federais tem área de atuação específica, como é o caso de Viçosa e Lavras, no campo das ciências agrárias; de Itajubá, com destaque em tecnologia; de Alfenas, na área de saúde. Essa característica deve permitir que elas trabalhem

de maneira complementar.

A proposta tem também o intuito de somar competências, tendo em vista que as universidades não são grandes, são de porte médio, mas detêm maior competência em alguma área específica do conhecimento. O consórcio trará maior mobilidade estudantil, com alunos cursando disciplinas em mais de uma instituição. Dissertações e teses poderão ser compartilhadas, e a contratação de professores poderá ser feita por meio de um único concurso.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parabenizamos pela iniciativa os Reitores dessas sete universidades, os quais passo a nominar: Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, Reitor da Universidade de Juiz de Fora; Antônio Nazareno Guimarães Mendes, da Universidade Federal de Lavras; Paulo Márcio de Faria e Silva, da Universidade Federal de Alfenas; Renato de Aquino Faria Nunes, da Universidade Federal de Itajubá; Helvécio Luiz Reis, da Universidade Federal de São João del-Rei; João Luiz Martins, da Universidade Federal de Ouro Preto; Luiz Cláudio Costa, da Universidade Federal de Viçosa.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aproveito esse grande momento da criação desse primeiro consórcio de universidades do País para dizer que ele também inovará e trará para o nosso Estado uma projeção internacional. Isso reforçará ainda mais a educação no Estado e no País, promovendo, assim, uma região promissora na produção de conhecimento.

Vale lembrar o grande período que vivemos, um grande momento da educação, que cresceu nos últimos quase oito anos do governo federal mais do que nos últimos 100 anos neste país. Os números são muito bons. Por exemplo, tivemos a criação de 14 universidades federais e 117 câmpus já estão funcionando. O número de vagas em graduação presencial aumentou de 106 mil em 2003 para mais de 195 mil em 2009. A meta é criar 16 novas universidades e 134 novos câmpus até o final de 2010. Em 2012 serão 243 mil vagas em cursos presenciais. No ProUni foram concedidas mais de 704 mil bolsas no período de 2005 até o primeiro semestre de 2010, e a meta é conceder 720 mil bolsas até o final de 2010.

Quanto ao Fies, foram firmados mais de 350 mil contratos no período de 2003 a 2009, sendo que a meta é atingir 100 mil contratos ainda neste ano.

Na educação profissional e tecnológica foram criadas também 136 escolas, com mais de 58 mil matrículas em escolas novas no primeiro semestre de 2010, tendo como meta alcançar 214 novas escolas até o final de 2010. Portanto, ao final da expansão, serão ofertadas mais de 500 mil vagas.

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os Reitores que acreditam nessa proposta de alavancar a educação em nosso Estado com a criação desse grande consórcio formado por sete universidades. A partir daí, esse consórcio terá forças para intervir internacionalmente, alavancando, assim, a educação em nosso Estado e em nosso país neste grande momento que vivemos. Hoje o nosso querido Presidente Lula e o Vice-Presidente José Alencar não têm curso superior, mas estão dando a maior contribuição ao País.

É com muito prazer que concedo aparte ao querido Deputado Padre João.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Deputado Carlos Gomes, cumprimento V. Exa. por destacar aqui a política da educação superior nessa nova modalidade agora já avançada do consórcio. Na verdade, essa integração é quase que uma fusão das nossas universidades, e isso facilitará muito aos estudantes a continuação do curso, pois poderão fazer matérias em diversas universidades. De fato, o modelo do consórcio é fabuloso. Mas saiba, Deputado Carlos Gomes, que vivemos uma situação lamentável, pois, ao fazermos uma análise da universidade pública estadual, vemos uma grande lacuna. No âmbito federal avançamos. Triplicamos o acesso à universidade e tivemos ampliação de cursos de formação tecnológica. No entanto, no interior, se perguntarmos sobre a universidade pública estadual, ninguém sabe nada, diferentemente de São Paulo e de outros Estados, onde a universidade pública estadual é referência e é conhecida no mundo inteiro.

Infelizmente, aqui as nossas queridas Uemg e Unimontes ficaram abandonadas. Os professores, assim como os discentes, também ficaram abandonados. A fragilidade da estrutura e a ausência de laboratórios vem prejudicando muito a qualidade, embora, graças ao esforço dos professores, essas deficiências venham sendo supridas. A capacidade e o talento dos professores da universidade pública estadual não são reconhecidos. São desvalorizados pelo governo do Estado, que tentou, no último momento deste primeiro semestre, algo como uma enganção.

O grande desafio que temos ainda no Estado é a valorização da universidade pública estadual para caminhar no mesmo ritmo das universidades federais. Esse é o desafio para o próximo governo, que espero seja diferenciado e abrace de fato a causa da educação. Abraçar para valer. Não apenas no discurso, mas na prática, valorizando os professores e a parte de infraestrutura, garantindo qualidade e ampliando o acesso também à formação superior e tecnológica em Minas Gerais, um Estado tão intenso. Não fosse o governo federal, os mineiros estariam perdidos e desorientados. Para fazer um curso superior teriam de ir para São Paulo, para uma universidade federal ou estadual. Ainda bem que aqui as universidades federais foram ampliadas, graças ao empenho do governo Lula. Com certeza, esse projeto continuará, sobretudo nessa nova modalidade do consórcio.

Parabéns pelo pronunciamento, por trazer aqui essa importante temática que é a educação superior.

O Deputado João Leite (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa., que da tribuna faz importante discurso relacionado à educação. Quero apenas lamentar porque V. Exa. vinha tratando em alto nível da questão, mas temos sempre uma interferência para tirar o brilho do Estado de Minas Gerais, que é reconhecido praticamente por 90% da população mineira.

Nesta tarde, poderíamos tratar também do governo federal. Estamos tristes com o INSS, que está em greve. As pessoas estão nas filas e não conseguem ser atendidas. O governo de Minas, responsável pela educação do ensino médio, vem realizando o seu trabalho. Além do ensino médio, que é de responsabilidade do governo do Estado, ele também atende o ensino superior.

Desejamos que o governo federal faça realmente esse trabalho, não apenas em Minas Gerais, mas em todo o País. Esperamos que o governo federal termine também as estruturas das escolas que foram abertas em Minas Gerais. E muitas ainda não têm as suas estruturas. Mas parabeno V. Exa., sempre preocupado com temas importantes como o da educação. Obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O Deputado Carlos Gomes* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Apenas para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que os consórcios já são uma grande experiência em nosso Estado e no País. Temos consórcios que funcionam bem na área da saúde, temos consórcios para o desenvolvimento, caso do Codac, Deputado Padre João, consórcio aqui de Congonhas e de vários Municípios da região do Paraopeba. Enfim, será também uma grande experiência com as sete universidades. Conforme está previsto, há possibilidade de o Presidente Lula assinar ainda neste mês esse convênio com o Ministério da Educação, por intermédio do Ministro Fernando Haddad, e com as universidades.

Deputados João Leite e Padre João, agradeço-lhes pelos apartes e aproveito para manifestar minha concordância com V. Exas. Gostaríamos que

nossas universidades, como a Uemg e a Unimontes, estivessem muito diferentes de como hoje estão. Existe uma dívida do Estado para com a Uemg. É necessário verificarmos o que acontece em Minas. Muitas coisas que aqui ocorrem não poderiam acontecer. As universidades estaduais de São Paulo funcionam em um nível que ainda não conseguimos alcançar. Portanto, essa discussão é muito importante e por isso menciono a criação desse consórcio.

Parabenizo os Reitores e o Ministro da Educação Fernando Haddad. Espero que tudo corra bem para a assinatura desse consórcio ainda este mês. Com certeza, será um grande passo para a educação no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Welinton Prado* - Mais uma vez, saúde todos. Um grande número de servidores têm contactado nosso gabinete, por meio de telefonemas e "e-mails", solicitando que nos pronunciemos em relação ao reposicionamento dos servidores do Estado de Minas Gerais. Por quê? O governo do Estado assinou um decreto no final do ano passado, garantindo que o reposicionamento dos servidores públicos por tempo de serviço ocorreria até 30 de junho deste ano. Infelizmente, isso não aconteceu. O governo alega que, por ser este um ano eleitoral, o reposicionamento será feito no próximo ano, de forma retroativa. No entanto, se foi assinado um decreto no final do ano passado, já deveria ter havido previsão orçamentária para não esbarrar na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas infelizmente isso não foi feito. Muitos dizem que houve um equívoco, outros, que houve má-fé. Essa promessa causou grande expectativa nos servidores. Não sabemos quem será eleito Governador do Estado, o que causa grande insegurança no conjunto dos servidores. Manifesto o nosso protesto e o nosso posicionamento. Estaremos atentos e faremos requerimento para garantir que o governo cumpra o prometido, apesar de não tê-lo feito da primeira vez. Esperamos que essa questão seja resolvida e que os servidores não sejam prejudicados.

Ontem iniciei meus trabalhos fazendo um balanço de nossas atividades. Citei várias ações realizadas. Conseguimos o fim da taxa de incêndio para as residências por meio de emenda de nossa autoria, assim como o fim da taxa cobrada para acionar a polícia, que seria de R\$12,00 para cada atendimento feito a pé; de R\$15,00, caso o fizesse de moto; de R\$20,00, se realizado de carro. Impedimos esse absurdo, bem como a cobrança de taxa para o registro do boletim de ocorrência. O governo alegaria que a criminalidade no nosso Estado diminuiria. Isso é lógico, já que as pessoas deixariam de registrar as ocorrências. Essa diminuição do número de BOs refletiria de forma significativa nas estatísticas de criminalidade. Realizamos grande campanha relativas às tarifas praticadas pela Cemig e pela Copasa. Fizemos campanha vitoriosa - com mais de 500 mil assinaturas - contra a energia mais cara do Brasil. Houve envolvimento de praticamente todos os Municípios de Minas Gerais por meio de abaixo-assinados, mobilizações, estudos técnicos e pressões populares. Conseguimos também a primeira redução da conta de energia da história da Cemig, 17% em 2008, o que foi uma grande vitória; conseguimos garantir que não houvesse aumento este ano, apesar de a conta continuar cara; mas houve uma redução pequena; conseguimos impedir que a Cemig e a Copasa incluíssem o nome dos inadimplentes no SPC e no Serasa; conseguimos outra grande vitória quanto ao aumento do valor da água da Copasa ano passado; conseguimos que o governo enviasse um projeto a esta Casa. O Bloco PT-PMDB-PCdoB votou a favor da criação de uma agência para regular o setor, e cobraremos para que ela tenha autonomia e fiscalize principalmente a Copasa, que continua em muitos Municípios cobrando pelo tratamento do esgoto sem que seja efetivamente tratado. Fizemos um estudo; temos aqui a prova em relação à Cemig. Um projeto de nossa autoria permite à Cemig explorar internet e TV a cabo pela rede elétrica. Conseguimos derrubar o veto do Governador e aprovar emenda de nossa autoria. A internet pela rede elétrica será 10 vezes mais rápida e custará a metade do preço. O sistema já funciona dessa forma em vários países e em algumas cidades do Brasil. Ficou estabelecido que 90% dos lucros têm de ser utilizados para a modicidade tarifária, de forma que haja redução na conta de luz. Isso já é lei. A campanha contra a alta tarifa das companhias de telefonia está a pleno vapor. É um verdadeiro absurdo o valor cobrado pelo serviço. A cobrança da assinatura básica, criada para fazer a expansão da rede, é totalmente ilegal. Hoje há mais de 53 milhões de linhas no nosso país, mas apenas 40 milhões são utilizadas. Portanto, 13 milhões de linhas estão ociosas. Não há justificativa para continuar cobrando. Essa cobrança deveria ter sido paralisada desde 2006. Temos um projeto tramitando nesta Casa; temos ações no Ministério Público; o Deputado Federal Elismar Prado faz parte da comissão que analisa o projeto que determina o fim da cobrança da assinatura básica da telefonia, o que só existe no Brasil praticamente. Nos outros países essa prática não é comum.

Temos alguns dados da União Internacional de Telecomunicações demonstrando que o preço da telefonia e da internet no Brasil está entre os mais altos do mundo, que o preço da ligação para celular em outros países é três vezes menor do que no Brasil e que o preço das ligações para telefone fixo aqui custa em média o dobro. Como disse anteriormente, 13 milhões de linhas de telefone fixo estão ociosas, ninguém as usa. Isso é resultado dos altos preços cobrados pela assinatura básica, fazendo com que a população opte pela telefonia móvel pré-paga. Em 2007, mais de 50% das ligações recebidas pelo 0800 da Câmara dos Deputados eram de apoio à aprovação do projeto de lei que proíbe a cobrança da assinatura básica. Conseguimos acabar com a taxa de incêndio para as residências; impedimos a cobrança da taxa para chamar a polícia e da taxa para registro do boletim de ocorrência; conseguimos a primeira redução da tarifa de energia da história da Cemig, 17%; impedimos, na Justiça, o aumento de 9% da Copasa em 2009; suspendemos por diversas vezes a licitação de aluguel de veículos por indícios de irregularidade, o que gerou uma economia aproximada de R\$147.000.000,00 para os consumidores. Já disse que impedimos ainda a inclusão do nome dos consumidores de água e de luz no SPC e no Serasa. Com muita firmeza, combatemos a indústria da multa praticada pela BHTRANS e demos continuidade a essa luta, por meio de diversas ações nos Municípios do Estado. Sou o autor da PEC da cultura, que garante a descentralização dos recursos nessa área e diminui a burocracia. Essa proposta realmente unifica os projetos que dizem respeito à cultura. Também sou o autor da Lei nº 18.312, de 2009, que cria a política estadual do livro. Outra lei importante que conseguimos aprovar é a relativa à restituição do IPVA de veículos roubados. Muitas pessoas não sabem que, se o seu veículo foi roubado, o Estado não cumpriu com a sua obrigação de oferecer-lhes segurança. Nesse caso, o mínimo que o Estado pode fazer é devolver o IPVA pago. Esse é um direito que todas as pessoas têm. Além disso, conseguimos aprovar dezenas de requerimentos. Sempre atuamos de maneira muito firme em defesa dos servidores públicos do Estado. Gostaria de abrir um parêntese para falar da nossa imensa alegria ao vê-los organizando-se, mobilizando-se. Isso é fundamental, pois, sem mobilização, infelizmente, não há vitória. Realmente a mobilização é muito importante para garantirmos os direitos dos servidores. Por exemplo, na área da educação, os servidores recebem um salário baixíssimo, pagam o Ipsemg, não têm tratamento médico e sofrem todos os tipos de dificuldade com a falta de estrutura nas escolas. Então é fundamental valorizarmos a educação, melhorarmos as condições de trabalho e darmos salário digno aos servidores. É preciso que o governo cumpra as promessas que fez no passado, mas que não saíram do papel, como a descentralização da Uemg, com um câmpus avançado em várias regiões do Estado. Isso é muito importante, assim como a aplicação do que manda a Constituição no percentual para investir em pesquisa e extensão. Infelizmente isso não acontece. Há aqui algumas outras ações nossas. Novamente a Cemig adia a licitação de veículos. Elaboramos estudos com o fim de provar a irregularidade. Outra ação se refere à conta de luz exclusiva. Antes havia a cobrança de outros tipos de serviço no boleto da Cemig. Agora não poderíamos mais ser feitos. O cidadão que contribuía para a Cemig tinha um plano de saúde. Quando atrasava às vezes o pagamento deste, a conta de luz também era cortada. Conseguimos garantir essa aprovação. Há aqui a campanha referente às altas tarifas da telefonia. Quanto à proposta de um novo piso, foi uma grande luta nesta Casa da bancada do Bloco PT-PMDB-PCdoB pela implementação do piso nacional para os servidores da educação. Vemos aqui a foto do contracheque de um professor recebendo R\$369,00, ou seja, menos de um salário mínimo. Infelizmente, o projeto que tramitou nesta Casa não foi aprovado de acordo com a lei federal de criação do piso de R\$1.312,00. O governo cedeu à pressão dos servidores e criou um subsídio incorporando as gratificações. Isso é uma grande injustiça, pois, se há gratificação, é direito adquirido. Pela legislação e pela Constituição, não se pode mexer em direito adquirido. Lutamos muito na Casa para a implementação do piso nacional.

Há uma outra questão importante, que, aliás, está na Justiça. Esperamos que uma decisão ocorra o mais rápido possível. Vemos a nossa foto com o Dr. Antônio Baeta, Promotor da área de defesa do consumidor. Gostaríamos de parabenizá-lo. Fizemos uma representação junto ao Ministério Público para que se suspenda, de imediato, a cobrança do PIS e da Cofins nas contas de luz e de telefone, pois ela é totalmente ilegal. O Ministério Público já investiga as cobranças abusivas na conta de luz e telefone, pois PIS e Cofins são tributos que não podem ser cobrados dos consumidores. Quem tem a responsabilidade de pagá-los são as empresas. Na verdade, elas jogam essa responsabilidade para os consumidores assumirem essas despesas que não são deles. Como disse, quem tem de pagá-las são as empresas, pois essa é uma contribuição federal e de responsabilidade de pessoa jurídica. Então, jogam esse pagamento para os consumidores, aumentando o valor da conta de luz e telefone em aproximadamente 7%. Há decisões no Supremo. Esperamos obter uma vitória na Justiça para acabar o mais rápido possível com a cobrança do PIS e da Cofins na conta de luz e uma vitória na Justiça acabando também com a taxa de incêndio para o comércio e a indústria. O governo está enviando essa taxa para entidades e igrejas. Isso é totalmente inconstitucional e ilegal. Aliás, conseguimos acabar

com a taxa de incêndio para as residências.

Outra questão se refere às aposentadorias: têm de ser publicadas no máximo em 90 dias. Essa foi uma outra grande vitória. Antes os professores esperavam durante anos pela publicação, o que era uma grande injustiça. Aliás, saiu publicada uma matéria no jornal dizendo que as aposentadorias serão publicadas no máximo em 90 dias. Essa foi uma grande vitória para o conjunto dos servidores. Outra matéria publicada se refere ao tiquete, ao IPVA e a descontos baixos. O IPVA deste ano tinha de ser mais baixo em razão da desvalorização dos veículos. Infelizmente, isso não ocorreu. Entramos com representação na Justiça. Portanto está também na Justiça. Há várias outras ações. Esta foi uma realmente muito importante. É um verdadeiro absurdo. Em Minas Gerais, a identificação de digitais de criminosos é feita de forma manual. Quando falamos, muitas pessoas nem acreditaram que isso ocorria no Estado. Minas é o único Estado que não usa o sistema de identificação digital automático doado pelo Ministério da Justiça. Denunciamos até em uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública em Uberlândia; cobramos explicações do governo. Crimes como o do maniaco poderiam ser solucionados em minutos com o novo sistema. Conseguimos, depois de nossa denúncia, que o governo assinasse o convênio com o Ministério da Justiça e recebesse esse equipamento, que foi doado sem nenhum ônus para o Estado. Realmente, foi uma grande vitória.

Enfim, quero parabenizar e dizer que sem luta não há vitória. Acho que a pressão deve ser permanente. Mais uma vez, deixamos aqui nosso reconhecimento a todos os servidores públicos, a todos os servidores da educação. Tenho a perspectiva de que, independentemente de quem seja o Governador, a situação dos servidores no ano que vem mudará, melhorará. Estamos acompanhando em Brasília a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, em segundo turno, que irá para o Senado; precisamos acompanhar a regulamentação e a criação do fundo para que realmente se estabeleça um salário digno para os nossos servidores da segurança pública, para os policiais civis, militares, Agentes Penitenciários e também para os nossos companheiros do Corpo de Bombeiros. Esperamos que essa PEC seja regulamentada para garantirmos dignidade aos servidores. A mobilização realmente deve ser permanente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, particularmente do Sudoeste de Minas Gerais, região tão importante para o nosso desenvolvimento econômico, social e ambiental, trato hoje de uma questão que considero muito grave. No ano passado, fui procurado pela Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, por intermédio do Vereador José Luiz Corrêa, companheiro atuante; do Presidente da Câmara, membro da Comissão de Meio Ambiente; e de um conjunto de Vereadores respeitados da cidade, que me expuseram a situação da poluição ambiental de vários córregos dessa importante cidade do Sudoeste de Minas, particularmente do Córrego Liso e do Córrego Colapa, entre outros. Imediatamente procuramos o Igam, o instituto que gerencia as águas em Minas Gerais. Lá fizemos uma constatação muito triste: as denúncias feitas com base no levantamento fotográfico apresentado - diga-se de passagem, muito bem apresentado - pela Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso estavam condizentes com a realidade, que, segundo as medições do Igam, são ainda piores do que as apresentadas pelos Vereadores. O Igam nos informou que, naquele momento, o Córrego Liso era o mais poluído do Estado. Para terem uma ideia, senhores telespectadores, a taxa de concentração de cianureto estava 100 vezes superior ao permitido.

Imediatamente tomamos a iniciativa, por meio das Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente, de realizar uma audiência pública em São Sebastião do Paraíso, uma das mais concorridas da história da Comissão de Participação Popular e, tenho certeza, das realizadas nessa cidade.

Todos os órgãos estaduais, empresários, escolas, Prefeito, Vereadores, jovens, moradores e ambientalistas, diante desse fato gravíssimo, que acarreta danos ambientais e prejudica a saúde dos moradores de São Sebastião do Paraíso, unanimemente sugeriram que algumas medidas fossem tomadas. Há possibilidade de aumento do número de casos de câncer na cidade em decorrência da poluição desse córrego, além do prejuízo da qualidade de vida, do mau cheiro e do risco de contaminação de lençol freático, entre tantos prejuízos causados pelo índice agravante de poluição ambiental dos córregos. Algumas medidas sugeridas já estão em curso, como a estação de tratamento de esgotos. Outras medidas são para educação ambiental dos moradores da cidade. Mas é necessário, principalmente, um conjunto de ações para evitar a poluição industrial gerada pelos empreendimentos econômicos situados ao longo dos córregos.

Naquela audiência, vários requerimentos foram apresentados, aprovados e dirigidos aos órgãos ambientais do Estado. Uma sugestão partiu de representantes do governo para incentivar a presença, na cidade, do grupo de fiscalização integrado da área ambiental do Estado. Era importante envolver todos os órgãos, Feam, Igam, Secretaria Estadual, Supram, ou seja, todo o conjunto de instituições que têm por missão zelar pelo ambiente adequado em Minas Gerais.

Isso ocorreu em 12/11/2009. Passaram-se alguns meses - dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril e maio - e nada foi realizado. Marcamos uma audiência com o Secretário de Estado de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, muito respeitado por todos nós. Ele nos atendeu com muita gentileza e ouviu atentamente a apresentação de toda a situação pelos Vereadores de São Sebastião do Paraíso. Estavam lá o Presidente da Câmara, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o meu amigo, Vereador José Luiz Corrêa, que apresentou a situação por meio de fotografias. O Secretário, assustadíssimo, concordou com os representantes em que deve haver um grupo de fiscalização na cidade. Em um processo de interlocução com os empresários dos mais variados setores - laticínio, curtume e outros -, seria estabelecido um pacto de ação para que essas empresas colocassem em funcionamento suas estações de tratamento próprias e os detritos não fossem jogados no curso d'água diretamente.

É muito importante que essa estação de tratamento de efluentes exista e funcione. Cabe ao Estado cobrar isso dos empreendedores. Buscamos o caminho do diálogo porque sabemos do peso que essas atividades econômicas têm na arrecadação de impostos e geração de empregos na região.

Decidiu-se, por consenso, que a fiscalização seria preventiva, corretiva e mobilizadora da sociedade, para que a lei fosse cumprida e, ao mesmo tempo, preservados os empregos, principalmente, e os empreendimentos que observam a lei ambiental. Já se passaram junho e julho; hoje, no início de agosto, ocupamos novamente a tribuna desta Casa para, respeitosamente, cobrar do governo do Estado providências para a promoção de um entendimento entre todos os atores envolvidos na poluição dos Córregos Liso, Coolapa e outros, em São Sebastião do Paraíso, aplicando-se a lei, mas sempre buscando preservar o emprego das pessoas que trabalham nessas atividades. É perfeitamente possível e desejável, na linha do chamado desenvolvimento sustentável, manter-se um empreendimento econômico com respeito à lei, até porque, com o córrego altamente poluído, esse mesmo trabalhador também será prejudicado pelo odor, pelo mau cheiro e pela incidência de câncer e de outras doenças decorrentes da poluição dos cursos de água.

Ao fazer este pronunciamento, Sr. Presidente, parabenizo a Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, na pessoa do Vereador José Luiz Corrêa, que, aliás, tem cobrado de nós essa resposta que, de nossa parte, estamos cobrando do órgão responsável. É bom lembrar que a Assembleia não é o órgão fiscalizador da área ambiental, mas aquele que faz a mediação com os órgãos estaduais que têm os instrumentos necessários, entre eles os legais, para promover essa fiscalização. Por outro lado, fiscalizamos, sim, o cumprimento da lei, que, nesse caso, não está acontecendo. Assim, ao fazer essa cobrança, exercemos a nossa ação fiscalizadora sobre o órgão do Estado que deve tomar as providências necessárias para que, nesse "ranking" terrível, o Córrego Liso - que integra a Bacia do Rio Grande, que tem um fabuloso potencial turístico - não apareça como o mais poluído do Estado de Minas Gerais. Portanto, de forma respeitosa, repito, solicitamos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente uma resposta para São Sebastião do Paraíso, para sua Câmara Municipal e para esta Assembleia.

Nos quatro minutos que me restam, quero abordar outro assunto, desta vez para trazer boas notícias. Ontem, o Senado Federal aprovou o projeto de lei complementar que reduz a jornada dos assistentes sociais para 30 horas semanais. Essa é uma antiga luta nossa - lembrando que também sou assistente social. É muito importante a qualidade da prestação do serviço social na implantação do Sistema Único de Assistência Social e em outros campos de atuação desse serviço - na educação, na saúde e no Judiciário, por exemplo. Portanto, a valorização salarial e uma jornada que permita a capacitação continuada e a especialização do assistente social repercutem diretamente no cidadão que está sendo atendido.

Ontem o Senado votou essa matéria, que agora vai à sanção presidencial, e tenho certeza de que o Presidente Lula, com a sensibilidade que tem para com as questões sociais, transformará esse projeto de lei complementar aprovado em lei, para reduzir a jornada de trabalho dos assistentes sociais.

E o que é melhor, Deputado Carlin Moura, que acompanha tão bem a área social: hoje, nos casos em que a jornada de trabalho excede 30 horas, haverá adequação imediata, sem redução de salário. Não é apropriado reduzir a jornada e o salário, até porque o salário do assistente social está muito defasado em relação a sua importância no mercado de trabalho. É por isso que lutamos também pelo projeto que estabelece o piso nacional do salário desse profissional.

Portanto, Sr. Presidente, comunico a todos os assistentes sociais de Minas Gerais, meus colegas de profissão, que essa vitória e essa luta foram nossas. Nesta Assembleia aprovamos requerimentos, fomos a Brasília, numa interlocução permanente com os Deputados Federais e Senadores, para que o projeto fosse aprovado.

Ontem, na ocasião em que Brasília sediava o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, no qual se reuniram mais de 3.500 assistentes sociais do País, o Senado aprovou o projeto. Tenho certeza de que o Presidente Lula o sancionará, na medida em que representa um passo adiante para o cidadão, pois um assistente social preparado, capacitado, valorizado e com condições adequadas de trabalho prestará melhor serviço, principalmente aos mais pobres. Parabéns, assistentes sociais de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Boa tarde, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Deputado Doutor Viana, agradeço-lhe muito. Fiz questão de fazer essa solicitação na tribuna, pois quero fundamentar a lógica. Na verdade, o período eleitoral não impede o funcionamento da Casa Legislativa. A Assembleia Legislativa deve funcionar normalmente nas suas atribuições parlamentares. O normal, o ordinário, o exigível é a presença dos Deputados e das Deputadas no Plenário da Casa durante os horários de reuniões. Sem dúvida alguma e em função da campanha eleitoral, não podemos prejudicar o trabalho legislativo. O parlamentar deve estar aqui, cumprir o seu horário e as suas obrigações.

Se eventualmente houver dificuldade para conciliar a campanha eleitoral com o horário, o Regimento estabelece o afastamento, a licença. Diga-se de passagem, ainda ontem o Senador Hélio Costa pediu licença, afastamento da sua função no Senado da República para se dedicar à campanha ao governo do Estado. Isso é legítimo, correto. Se não há o pedido de licença, o parlamentar tem de estar aqui. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que a retransmissão à noite é feita no momento mais oportuno para o cidadão, especialmente o trabalhador e a trabalhadora, acompanhar o andamento do trabalho legislativo. Se prevalecer a resolução da Mesa, entramos numa contradição profunda, um contrassenso. Ainda ontem a imprensa mineira, corretamente, cobrou a presença dos Deputados aqui. Como a imprensa cobra o trabalho parlamentar e a própria Assembleia Legislativa impede, dificultando a retransmissão do trabalho? Não acho correto. Várias questões tratadas no Plenário da Casa são fundamentais, de interesse direto do cidadão mineiro, para ele acompanhar e discutir. Há a questão do reposicionamento da carreira dos servidores públicos e outras questões importantes, como o seminário que ocorrerá semana que vem sobre violência e criminalidade; e temas de fundamental importância para o povo mineiro, como aprimorar a segurança pública e construir uma segurança cidadã, em que as forças de segurança estejam a serviço da proteção do homem trabalhador e da mulher trabalhadora deste Estado.

Ainda ontem a Assembleia Legislativa homologou a emenda à Constituição que reconhece a carreira jurídica da Polícia Militar e exige curso superior para se adentrar na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. O cidadão comum tem que acompanhar isso e saber a importância de medidas como essa, como elas irão repercutir e melhorar sua vida no interior de Minas, no Norte, no Sul, no Leste ou no Oeste do Estado. A retransmissão no horário da noite é o momento oportuno do controle público e social, em que o cidadão acompanha o trabalho de seu parlamentar e até faz sugestões, críticas e avaliação do trabalho parlamentar. Isso é fundamental.

Outro bom exemplo é que, em 25 de agosto, Deputado André Quintão, iniciaremos o seminário legislativo sobre a mobilidade urbana, que envolverá, na primeira fase, em agosto, toda a região metropolitana, quando discutiremos questões fundamentais para o trabalhador e a trabalhadora: o transporte público e o deslocamento das pessoas. Com a quantidade de carros que a cada dia são lançados no mercado, registramos hoje mais automóveis do que crianças na região metropolitana. Isso é bom, não é ruim, é sinal de crescimento, mas a nossa infraestrutura urbana não está acompanhando. A indústria automobilística passou por um processo de expansão importantíssimo, fundamental, correto, mas a nossa infraestrutura urbana não acompanha. As grandes cidades estão parando, as avenidas são mal traçadas, os viadutos e as áreas de transporte coletivo são mal planejadas. O seminário sobre mobilidade urbana será uma oportunidade para discutirmos a expansão do metrô, os corredores de trânsito e específicos para o transporte coletivo, as implicações da Copa do Mundo e o transporte coletivo e a integração da região metropolitana às diversas cidades que compõem o colar metropolitano. Como o trabalhador pode deslocar-se com menos tempo e com menos desgaste físico e emocional para ir ao trabalho?

Realizaremos esse ciclo de debates e traremos os Prefeitos de Belo Horizonte, Lagoa Santa, Betim, Contagem e o Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel. Faremos essa discussão e traremos também a sociedade civil, os sindicatos, as universidades e os estudiosos do assunto. Esta Casa Legislativa não vai parar nesse período, continuará realizando o seu trabalho. É importante que seja assim. Se a Casa continua trabalhando, não há motivo para impedir ou dificultar que o cidadão acompanhe o trabalho legislativo. A retransmissão pela TV Assembleia, no horário noturno, é para garantir o princípio da publicidade, o controle social do poder. A decisão da Mesa é equivocada, e não podemos concordar com ela. Os Deputados que estão trabalhando aqui não podem ser prejudicados em função de um ou outro que eventualmente não vem. Isso não é correto. Comentei ainda há pouco com o Deputado André Quintão que o nosso grande ex-Ministro está fazendo legitimamente a campanha dele em Araçuaí. O Deputado André Quintão não foi lá, está aqui cumprindo a sua função parlamentar, está aqui para defender os trabalhadores do serviço social, os Municípios e a agilização de projetos importantes. Essa é uma questão que consideramos de fundamental importância.

Sabemos, Sr. Presidente, que o segundo semestre legislativo, em que pese à concomitância com o processo eleitoral, tem papel decisivo, pois é um período em que a Casa Legislativa estará traçando as diretrizes para o próximo governo, qualquer que seja o governo escolhido pelo povo mineiro. Trata-se de diretrizes importantes, que sinalizarão o rumo do próximo governo. Temos de estar aqui pensando sobre a reformulação dos servidores públicos, sobre as questões orçamentárias e a revisão do PPAG. O cidadão terá de acompanhar isso tudo. Essa é uma preocupação que nos faz vir a esta tribuna porque não podemos concordar com a determinação. Faremos uma consulta. É importante que a Mesa consulte o TRE sobre essa questão, mas não vejo impedimento para isso. Não há contradição entre realizar o trabalho parlamentar e

acompanhar o processo eleitoral.

Nós, parlamentares da Oposição, da esquerda, sabemos do nosso papel. Não estamos aqui para fazer campanha eleitoral. O cidadão lá fora saberá disso em momentos oportunos. No exercício da função parlamentar, temos o direito e a prerrogativa de discutir projetos e questões importantes com a população e ouvir a sociedade.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, parabéns pelo seu pronunciamento. V. Exa. é um dos parlamentares mais assíduos, mais frequentes, não apenas no Plenário, como também em nossa Comissão de Participação Popular. Considero que essa determinação é a famosa medida que beneficia o infrator. Quem vem aqui trabalhar não poderá apresentar à população iniciativas que dizem respeito às eleições, mas, sim, ao cotidiano das pessoas. V. Exa. tem tratado de assuntos pertinentes ao cidadão de Minas Gerais.

Hoje expus questões relacionadas à poluição de um córrego em São Sebastião do Paraíso, na Bacia do Rio Grande. Ontem discutimos a política de resíduos sólidos, como acabar com os 362 lixões no Estado de Minas Gerais. V. Exa. está coordenando um importante ciclo de debates que será realizado no dia 25. No dia 27, realizaremos debate público sobre a implantação do Sistema Único da Assistência Social - Suas - em Minas Gerais, que não poderá ser retransmitido. O cidadão que trabalha durante o dia, se quiser saber como está o atendimento no Cras, no final de semana, em sua cidade, ou sobre o combate à violência, não terá esse direito.

Estamos cerceando, com essa medida, o direito do cidadão de acompanhar o trabalho legislativo. Então é melhor fechar a Assembleia, assumir que não haverá trabalho e irmos embora, porque, se estamos aqui e o cidadão não pode acompanhar o que estamos fazendo, creio que isso é dar um tiro no pé e beneficiar o infrator. Parabéns, Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sem dúvida, Deputado André Quintão. Aliás, esse acompanhamento feito pelo cidadão foi fundamental para projetos importantes, por exemplo, essa discussão realizada, hoje, sobre o piso salarial do professor. Atualmente andamos pelo interior do Estado e vemos que a população está bem informada. Ela sabe que o que foi votado nesta Casa não contempla o pleito dos professores da rede estadual. A população sabe que, da forma como foi aprovada a remuneração dos professores - o subsídio aqui aprovado -, direitos foram retirados deles; sabe também que isso não será implementado nesta gestão, mas no próximo ano; e sabe ainda que os professores com direito a quinquênio, a anuênio e a adicional de desempenho ficaram prejudicados. Tudo isso graças ao acompanhamento da TV Assembleia. Então, onde há TV Assembleia, o cidadão fica mais bem-informado, ele exerce mais sua cidadania, o que é fundamental.

Portanto consideramos importantíssimo manter a retransmissão. Como V. Exa. citou, o seminário sobre mobilidade urbana discute agora a região metropolitana e, em novembro, será discutido sobre a região do Vale do Aço. Há pouco acabamos de aprovar um requerimento, na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, com vistas à realização de uma audiência pública nesta Casa para discutir a transferência do transporte de cargas pesadas e perigosas da BR-381 para a ferrovia que passa ao lado da BR. Então vamos chamar para vir aqui o DNIT, o Ministério Público, as universidades, o Instituto Cidades, que é o autor da ideia de transferir o transporte para a ferrovia, o qual parabenizo. Ou seja, são questões fundamentais para a vida do povo, de interesse direto para a vida do cidadão, e estaremos aqui, na função do mandato parlamentar que nos foi conferido pelo povo de Minas, até fevereiro de 2011. Agora, se o povo quiser recondução, ele escolherá isso no dia 3 de outubro. Portanto creio ser fundamental manter a retransmissão do programa.

Agradeço ao ilustre Presidente, Deputado Doutor Viana, o encaminhamento da questão de ordem, esperando que a Mesa a contemple e reconsidere tal medida, que, na minha visão, é bastante equivocada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu estava no meu gabinete porque, pela minha matemática, acreditava que não teria mais a oportunidade de fazer o meu pronunciamento na tarde de hoje. Porém, conforme o que aconteceu na tarde de ontem, sobraram-me alguns minutos - creio que não gastarei todo o tempo.

Ontem, na reunião ocorrida à tarde nesta Casa, houve, por parte de um parlamentar, uma solicitação ao governo do Estado para o asfaltamento da estrada que liga Taquaraçu - não me lembro o nome dela, mas se trata da estrada que liga Santa Luzia a Jabuticatubas.

O Deputado João Leite (em parte)* - Passando por Barão de Macaúbas.

O Deputado Gustavo Valadares* - Exatamente, Deputado. Essa solicitação foi feita ontem, e eu, por conta dos afazeres, não pude responder a V. Exa. de pronto, mas hoje venho à tribuna para responder ao nobre colega, ao nobre parlamentar. Essa estrada já está incluída num programa que se chamava Links Faltantes, cujo nome soava muito estranho e que, de forma muito feliz, foi transformado no Programa Caminhos de Minas, que já foi lançado. Aliás, há inúmeras estradas com projetos prontos, confeccionados, assim como outros projetos em andamento e outros a serem licitados.

Há uma boa notícia para os Deputados André Quintão, Carlin Moura, João Leite. Os recursos para essas obras do Programa Caminhos de Minas já foram obtidos, por meio de uma parceria, mais uma vez, do governo do Estado - que tem hoje um dos maiores, senão o maior administrador público da nossa geração - com um dos bancos de fomento internacional.

Então, é importante que fique claro que essa estrada que liga Taquaraçu à MG-120 está contemplada no Programa Caminhos de Minas. É bom que fique claro para todas as senhoras e senhores parlamentares, todos que nos assistem pela TV Assembleia e os nobres visitantes que se encontram nas galerias, que esse Programa, como tantos outros, é mais um que vai incrementar e melhorar a atividade econômica do nosso Estado. Foi colocada como prioridade ao longo dos últimos oito anos, no mandato Aécio-Anastasia, a conclusão dos 224 trechos de cidades que não tinham ligação asfáltica. Estão todos concluídos ou em obras até o final deste ano. O governo, então, passou à segunda fase desse projeto, com esse Programa Caminhos de Minas, que fará a ligação entre regiões, diminuindo distâncias entre grandes cidades, entre algumas regiões, e, com certeza, como já disse, incrementará, e muito, a economia, o turismo, enfim, todos os setores no Estado de Minas Gerais.

Então, Sr. Presidente, o motivo deste pronunciamento é fazer esta comunicação. Taquaraçu de Minas é uma das cidades de uma região onde tenho atuação política, assim como Santa Luzia, Nova União, Caeté, Bom Jesus do Amparo, Jabuticatubas, Baldim, enfim, são cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Repito, Taquaraçu será contemplada com o asfaltamento dessa estrada que a liga à MG-120. Mais do que isso, já foi contemplada ainda na primeira gestão do Governador Aécio Neves, no Processo. Entre 2003 e 2004, Taquaraçu de Minas era ligada até a BR-381 por uma estrada de terra de aproximadamente 19km, que já está totalmente asfaltada. Isso trouxe maior mobilidade à população da cidade, bem como segurança e conforto, até para os visitantes.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Reitero, Deputado Gustavo Valadares, que, de fato, trata-se de uma ligação muito importante. O Deputado Carlin Moura e V. Exa. têm toda razão nesse aspecto. Também vim aqui ontem para defender esse asfaltamento, que ligaria Taquaraçu à rodovia que liga Belo Horizonte, Santa Luzia e Jabuticatubas, essa belíssima cidade de Minas Gerais onde somos votados.

Deputado Gustavo Valadares, V. Exa. é da Comissão de Transporte. Há um trecho que vai de Nova União a Taquaraçu. Vai-se a esta cidade saindo da BR-381 pelo asfalto. Há uma outra forma de ir, por uma estrada vicinal, saindo de Nova União. Essa Prefeitura poderia ter um apoio maior do governo para recuperação e manutenção dessas estradas.

Acho muito importante essa comunicação. Que bom que esta Casa, por intermédio de V. Exa., do Deputado Carlin Moura e deste Deputado, está conseguindo, através do Orçamento, essa ligação asfáltica. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Levarei ao governo essa solicitação de V. Exa. Tenho certeza de que técnicos do governo e até da Secretaria de Obras estão ouvindo esse pronunciamento e o seu aparte. Já vão fazer os estudos prévios.

Espero que tenhamos a tão sonhada duplicação da BR-381, uma das rodovias mais movimentadas do País. Enquanto houver obras, seria bom que os moradores dessa região tivessem uma alternativa de acesso para o trajeto até a Capital ou outras regiões. Portanto, que fique bem claro que o governo do Estado já havia contemplado Taquaraçu de Minas com o Processo, na primeira gestão do Governador Aécio Neves, e que já estava incluído, no Programa Caminhos de Minas, esse asfaltamento da estrada de Taquaraçu de Minas, que a liga às cidades de Jabuticubas e Santa Luzia.

Sr. Presidente, esse era o motivo do meu pronunciamento. Agradeço a V. Exa. a paciência e o tempo que me foi concedido, além dos meus 6min30s. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/8/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando Guilherme José Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Feliciano Souza Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando Cleide Faria de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando Cristina Marcia Alves Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Cristina Marcia Alves Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Rosana Moreira Ferreira de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Carolina Marques Pastor Ferreira de Melo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Geraldo Magela Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Jó Luiz Corrêa do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Osmar Pereira Leitão do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;

exonerando Paulo César Carneiro de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Ronaldo Ferreira de Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando Sarah Ribeiro dos Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

exonerando Vilmar José Luiz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Alenice Fortunato Marins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Camilla Gonçalves Fortunato para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

nomeando Carolina Marques Pastor Ferreira de Melo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Raul Ventura Pereira de Souza para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;

nomeando Sarah Ribeiro dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Vilmondes Ferreira de Lima para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Deputado Gustavo Valadares

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 24/7/10, que exonerou Sebastião Guilherme Filho do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 24/7/10, que nomeou Sebastião Guilherme Filho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Fabricio Veloso Silva Araújo do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando Tiago de Castro Vieira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Gabriella de Castro Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Maria do Carmo Veloso Araújo para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

nomeando Maria das Graças Pereira de Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ana Cláudia Lo-Buono Tavares do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: AAAA Soluções Ecológicas Monte Verde Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas (insetos em geral, roedores e aracnídeos), nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e seus anexos, com fornecimento de todos os produtos e equipamentos necessários. Objeto do aditamento: retificação do CNPJ da contratada.